

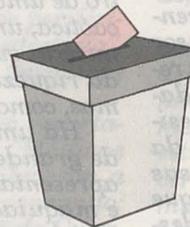
UMA ELEIÇÃO

Foto: Iatã Cannabrava



Beatriz Bissio e Juliana Iooty

Com mais de mil cargos em disputa e 35 mil candidatos, a primeira eleição casada em 40 anos pode ser um divisor de águas para o país

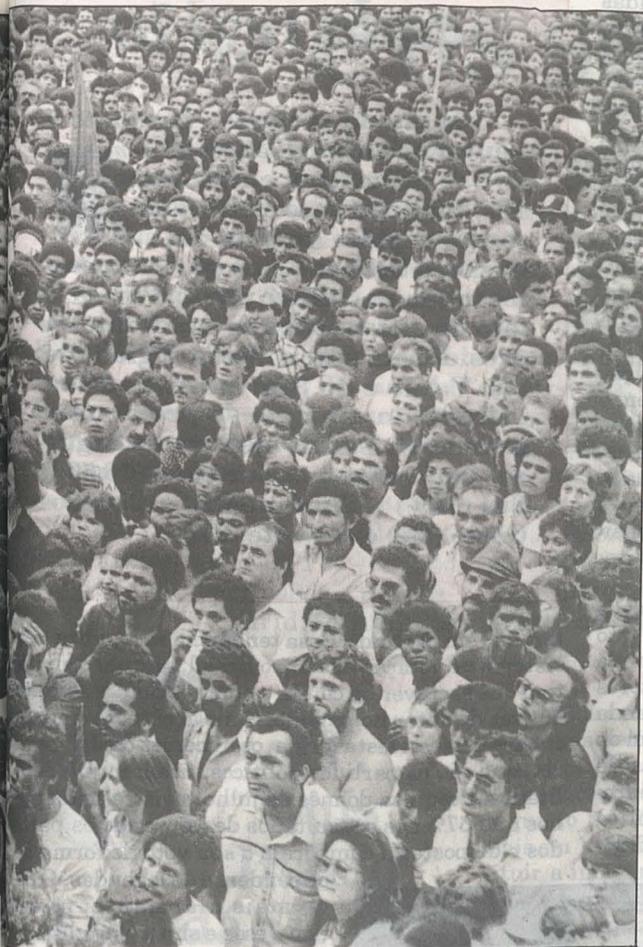


Ainda sem refazer-se da frustração causada pela primeira eleição presidencial direta em mais de duas décadas – quando elegeram como chefe de Estado um político que foi afastado do governo por *impeachment*, sob acusação de corrupção –, os eleitores brasileiros irão novamente às urnas

em outubro. No entanto, a deste ano não tem muitas semelhanças com a eleição *solteira* de 1989. Ela se assemelha mais ao pleito de 1950, a última eleição *casada* deste século.

No próximo 3 de outubro, os cem milhões de eleitores do Brasil atual não estarão votando apenas para presidente (com o vice embutido), mas também para eleger governadores (e os respectivos vices) de

DIFERENTE



sidente era eleito independentemente e podia pertencer a uma coligação diferente da do presidente.

Os estados eram somente 20 (havia cinco territórios) e o Distrito Federal era o antigo estado da Guanabara, que elegia vereadores (hoje Brasília elege deputados distritais). Entre os governadores eleitos em 1950 estavam Juscelino Kubitschek, do Partido Social Democrático (PSD-MG), e Arnon Affonso de Mello (PSD-AL), pai de Fernando Collor. Os 22 senadores podiam ser eleitos por mais de um estado e o pleito era num só turno.

A consulta popular, há 44 anos atrás, era bastante diferente da atual. No terreno político, existiam proscricções (o Partido Comunista estava na ilegalidade) e a campanha eleitoral era feita na base de comícios e propaganda escrita; o rádio era um fator secundário e não havia televisão. Mas alguns dados lembravam os de hoje: o país tinha grupos sociais marginalizados, mesmo que, proporcionalmente, menos numerosos que atualmente, aos quais se destinava a Campanha da Panela Vazia (com aspectos semelhantes à atual Campanha contra a Miséria e a Fome e pela Vida, do sociólogo Betinho). E havia uma acirrada disputa – como aconteceu no Congresso Revisor no primeiro semestre deste ano – entre os setores nacionalistas, que criaram a campanha “O Petróleo é Nosso”, embrião da Petrobrás, e os que eram favoráveis ao capital estrangeiro.

No Brasil atual, as eleições casadas de outubro vão estar muito influenciadas pela chamada “propaganda gratuita” no rádio e na televisão. O artigo 73 da Lei Eleitoral determina que no período de 2 de agosto a 1º de outubro haverá duas horas diárias de propaganda nesses dois importantes meios de comunicação, divididas em dois blocos de uma hora. Na TV, das 7 horas da manhã às 7h30min e das 20 às 20h30min nas segundas, quartas e sextas-feiras, será o horário destinado à eleição presidencial. A seguinte meia hora é dos candidatos a governadores (20 minutos) e senadores (10 minutos). Outras duas horas diárias, terças, quintas e sábados, são reservadas aos candidatos a deputados federais e estaduais.

Como os estudiosos calculam em 110 milhões os telespectadores brasileiros (73% dos domicílios têm aparelho de TV), e levando-se em conta que podem desligar os aparelhos até a metade deles – cifra es-

26 estados e do Distrito Federal, 54 senadores (dois por estado, equivalentes a dois terços do total), 513 deputados federais e 1.059 estaduais. Ao todo, são 1.654 cargos em disputa através do sistema de dois turnos, com 35 mil candidatos.

Mas, apesar da sua importância histórica, segundo as mais recentes pesquisas, só 19% dos brasileiros estão empolgados com as eleições e há uma razoável proporção tendente a votar em branco ou anular o seu voto. Um dos desafios dos partidos políticos agora é mudar essa tendência.

Há 40 anos, Copa e Getúlio – Coincidentemente, a eleição de 1950 também foi em 3 de outubro e era ano de Copa do Mundo. O Brasil de então tinha 52,5 milhões de habitantes e 11,4 milhões de eleitores. Os vencedores foram Getúlio Vargas, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), para presidente, e Café Filho, do Partido Social Progressista (PSP) de Ademar de Barros, para vice. Na época, o vice-pre-

O peso de cada região

O já citado professor Torquato é o autor do ensaio *Eleições 94: cenários, perfis e forças que, entre outros dados, analisa o peso eleitoral das diferentes regiões do país. Na sua avaliação, o Sudeste, com 45,5% dos votos totais, decidirá o pleito. Porém, o fato de quase todos os candidatos à presidência serem dessa região (de São Paulo e do Rio) ameniza a sua influência, porque se prevê uma grande divisão do eleitorado. Segue em importância o Nordeste (26,5%), Sul (16%) e, finalmente, o Centro-Oeste (6%) e o Norte (6%).*

timada alta demais por muitos especialistas – pelo menos 50 milhões de pessoas serão influenciadas diariamente pela programação eleitoral gratuita. Daí o fato de considerar-se o 2 de agosto como o começo da fase decisiva da campanha eleitoral.

Nesta eleição, só terá vez quem for bom de palanque, em particular, de palanque eletrônico. Essa é a opinião de muitos, entre eles do professor Gaudêncio Torquato, que leciona Marketing Político na Universidade de São Paulo (USP). Ao contrário das últimas eleições, e justamente por causa do que nelas se viu, desta vez os programas na televisão, pelas determinações do artigo 76 da Lei Eleitoral, não mais poderão ser superproduções de estilo *hollywoodiano* e sim singelos programas produzidos em estúdio. Não faltou quem protestasse, alegando que a programação eleitoral ficará mais monótona que nunca; porém o Congresso, ao modificar os critérios, não fez senão acatar o que a maioria do eleitorado reivindicava, isto é, que o programa gratuito não fosse desvirtuado e permitisse aos cidadãos conhecer, de fato, quem é quem na corrida eleitoral, sobretudo na que é considerada fundamental: a da presidência da República.

Partidos debilitados – Os candidatos têm uma importância ainda maior se se levar em conta o fato de o Congresso Revisor ter rejeitado, pela segunda vez, a proposta de fidelidade partidária. Os setores conservadores do Legislativo se opuseram à emenda constitucional que proibia os eleitos de mudarem de partido, sob pena de perderem o cargo. A falta de uma lei de fidelidade partidária e o conseqüente troca-troca de legenda – um mal que afeta a política brasileira – tem levado o eleitor a votar em candida-

tos, não em partidos. Essa tendência se agudiza pelo sistema de votação usado no Brasil, no qual o eleitor tem que escrever na célula o nome do seu candidato, em vez de votar no partido, como acontece na maioria dos países. Desta forma, os alicerces da democracia, que são os partidos políticos, ficam muito debilitados. Pesquisa do mês de julho registra nada menos que 67% dos consultados desprezando os partidos e dispostos a comporem o seu voto de forma independente de legendas. O dado mais alarmante, porém, não é esse e sim o elevadíssimo percentual dos que não pretendem exercer os seus direitos de cidadãos. Dos entrevistados, somente 47% irão votar para presidente; 29% para governador; apenas 8% para deputado federal e uma ínfima minoria de 3% para senador.

Por essa e outras razões, há políticos, particularmente nos setores progressistas, que falam na necessidade de uma reforma partidária em 1995. Ela seria necessária para superar a grande bagunça política e ideológica que poderá surgir da eleição de outubro, a qual, entre outros perigos, deixaria o futuro presidente sem maioria parlamentar, dificultando, e muito, a sua gestão. ■

É crescente a participação das mulheres nas eleições



Foto: Leonardo Aversa